



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO SALVADOR DO TOCANTINS - TO**  
PODER LEGISLATIVO

**Projeto de Lei Legislativo nº04/2022**

*Cassio Auréliano Pereira*  
Presidente

Câmara Munic. de São Salvador do TO  
Aprovado por *Unanidade*  
*29.03.2022*

*Detado  
Propeto*

**"Institui o Programa Suplementar de Alimentação Escolar nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Município de São Salvador do Tocantins e dá outras providências".**

**Art. 1º.** Fica instituído o **Programa Suplementar de Alimentação Escolar (PSAE)** nas unidades escolares da Rede Pública de Ensino do Município de São Salvador do Tocantins.

**Art. 2º.** O Programa de que trata esta lei tem por objetivo o atendimento das necessidades nutricionais dos alunos no ambiente escolar, visando a melhoria das condições de aprendizado e o combate à evasão escolar, mediante a **oferta de alimentação suplementar antes do início e após o final das atividades letivas diárias servindo o almoço, além da merenda escolar regularmente ofertada no intervalo das aulas**, já assegurada pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional, prevista pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal.

**Art. 3º.** Os beneficiários do Programa Suplementar de Alimentação Escolar (PSAE), de que trata esta Lei, são todos alunos das unidades escolares que integram a Rede Pública de Ensino do Município de São Salvador do Tocantins.

**Art. 4º.** O cardápio da alimentação suplementar escolar de que trata o presente Programa, será elaborado por nutricionista habilitado, devendo conter, como itens mínimos, a oferta de leite, café, pão e



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SÃO SALVADOR DO TOCANTINS - TO**  
PODER LEGISLATIVO

manteiga/margarina, cereais e frutas em geral e da época.

**§1º.** Fica vedada a aquisição ou a utilização de produtos que não estejam em conformidade com os padrões técnicos de qualidade nutricional definidos na Legislação vigente.

**§2º .** Na aquisição dos produtos, serão respeitados os hábitos alimentares regionais, bem como a vocação agrícola do município, buscando-se fomentar, na medida do possível, o desenvolvimento da economia local.

**§3º.** O Poder Executivo promoverá a capacitação permanente das merendeiras responsáveis pela execução do cardápio previsto no *caput* deste artigo e dotará de equipamentos adequados as cozinhas e as salas de refeição das unidades escolares destinadas ao fornecimento de alimentação suplementar aos alunos, além de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento do Programa.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei, de acordo com o previsto no § 4º do art. 212 da Constituição Federal, no § 7º do art. 179 da Constituição Estadual e no inc. IV do art. 71 da Lei 9.394/96 (LDB), serão financiadas com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, sem ônus para as verbas da educação previstas no *caput* do art. 212 da Constituição Federal.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
Cassio Aureliano Pereira  
Presidente

Cássio Aurelino Pereira

Ver. Presidente